



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CAMPUS DEPUTADO JESUALDO CAVALCANTI – CORRENTE
CURSO: LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA
ORIENTADORA: DRA. ANTONIELE SILVANA DE MELO SOUZA
DISCENTE: ADRIELE SERPA DE SOUZA

**VIOLÊNCIA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONCEITOS,
FATORES CONTRIBUINTES, CONSEQUÊNCIAS E POLÍTICAS DE
PREVENÇÃO**

Corrente – Piauí,
2025

VIOLÊNCIA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONCEITOS, FATORES CONTRIBUINTES, CONSEQUÊNCIAS E POLÍTICAS DE PREVENÇÃO

Adrielle Serpa de Souza¹
Antoniele Silvana de Melo Souza²

RESUMO: A violência escolar é uma realidade presente em muitas escolas do Brasil, inclusive na Educação Infantil. Apesar de parecerem pequenos os conflitos nessa fase, eles podem gerar impactos sérios no desenvolvimento das crianças. Esta pesquisa tem como objetivo compreender sobre o fenômeno da violência escolar no âmbito da Educação Infantil. Os objetivos específicos são: compreender conceitos e definições de violência escolar; identificar causas e fatores contribuintes para o fenômeno da violência escolar; pontuar as principais consequências da violência escolar; discutir sobre políticas de prevenção à violência escolar. A metodologia utilizada foi uma pesquisa de caráter bibliográfico, com base em livros, artigos científicos, leis educacionais e autores reconhecidos como Abramovay (2002), Fante (2009), Paro (2007); Vygotsky (1991); Deslandes (2009). Também foram consultados documentos que orienta a prática pedagógica como estratégia de prevenção e combate à violência escolar. A partir das leituras, percebemos que a gestão escolar tem papel essencial na criação de um ambiente de paz e respeito dentro das escolas, promovendo o diálogo entre professores, pais e alunos. Quando a direção da escola se envolve e busca soluções com empatia, firmeza e escuta ativa, os resultados são mais positivos. Concluímos que a prevenção à violência na Educação

¹ Graduando em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí. Campus Jesualdo Cavalcanti. E-mail: aluno@cte.uespi.br

² Doutora em Educação/Área Formação de Professores. Profª Adjunta da Universidade Estadual do Piauí – UESPI. antonielesouza@cte.uespi.br

Infantil deve ser levada a sério desde cedo, e a atuação da gestão escolar é uma peça-chave para transformar o ambiente escolar em um espaço seguro e acolhedor para todos.

Palavras-chave: Educação Infantil. Violência escolar. Gestão escolar. Conflitos. Prevenção.

Abstract: School violence is a reality in many schools in Brazil, including in Early Childhood Education. Although conflicts at this stage may seem small, they can have serious impacts on children's development. This research aims to understand the phenomenon of school violence in Early Childhood Education. The specific objectives are: to understand concepts and definitions of school violence; to identify causes and contributing factors to the phenomenon of school violence; to highlight the main consequences of school violence; and to discuss policies to prevent school violence. The methodology used was a bibliographical research, based on books, scientific articles, educational laws, and recognized authors such as Abramovay (2002), Fante (2009), Paro (2007); Vygotsky (1991); Deslandes (2009). Documents which guides pedagogical as a strategy to prevent and combat school violence were also consulted. From the readings, we realized that school management plays an essential role in creating an environment of peace and respect within schools, promoting dialogue between teachers, parents and students. When school management gets involved and seeks solutions with empathy, firmness and active listening, the results are more positive. We conclude that preventing violence in Early Childhood Education must be taken seriously from an early age, and the actions of school management are a key part in transforming the school environment into a safe and welcoming space for everyone.

Keywords: Early Childhood Education. School violence. School management. Conflicts. Prevention.

INTRODUÇÃO

A violência escolar é um fenômeno complexo que atravessa diferentes etapas da Educação Básica, incluindo a Educação Infantil, fase marcada por intensas descobertas e desenvolvimento emocional. Embora muitas vezes naturalizados, comportamentos agressivos entre crianças pequenas não devem ser ignorados, pois podem comprometer o processo de socialização e a formação de vínculos saudáveis (Minayo, 2021). De acordo com Abramovay e Rua (2002), a escola é um espaço social que reflete as tensões da sociedade e, por isso, não está isenta de conflitos e violências, inclusive nos primeiros anos de escolarização.

A atuação da gestão escolar se mostra essencial para o enfrentamento de situações de violência, uma vez que o gestor é o responsável por promover o diálogo, mediar conflitos e construir um ambiente acolhedor e seguro para todos os envolvidos. Paro (2015) defende que a gestão democrática da escola é aquela que reconhece a importância da participação coletiva, da escuta ativa e do trabalho em equipe para enfrentar os desafios do cotidiano escolar. Assim, a gestão não apenas administra, mas também, educa, orienta e acolhe.

Com base nessas premissas, esta pesquisa tem como objetivo geral compreender sobre o fenômeno da violência escolar no âmbito da Educação Infantil. Os objetivos específicos são: compreender conceitos e definições de violência escolar; identificar causas e fatores contribuintes para o fenômeno da violência escolar; pontuar as principais consequências da violência escolar; discutir sobre políticas de prevenção à violência escolar. A investigação foi conduzida por meio de revisão bibliográfica, dialogando com autores que abordam a temática da violência escolar e da gestão educacional.

O artigo está dividido em quatro seções teóricas, que discutem o fenômeno da violência escolar. A primeira seção trata sobre a conceituação, definições, tipos e características da violência escolar. A segunda seção apresenta as principais causas e fatores contribuintes para esse fenômeno. A terceira seção pontua as principais consequências da violência escolar. A quarta seção apresenta políticas de prevenção à violência no ambiente escolar.

1. CONCEITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA ESCOLAR

A violência escolar é um fenômeno multifacetado que envolve comportamentos agressivos dentro ou no entorno do espaço escolar, afetando direta ou indiretamente a comunidade escolar. De acordo com Abramovay e Rua (2002), a violência na escola pode se manifestar de diferentes formas, desde agressões físicas até formas mais sutis, como o *bullying*, exclusão social e intimidações verbais. Segundo Fante (2005), outra definição, é que a violência escolar compreende todas as formas de agressão física, psicológica, simbólica e moral, que ocorrem no contexto escolar, entre alunos, professores e demais membros da instituição. Isso inclui desde brigas, ameaças, até casos mais graves como o uso de armas ou tráfico de drogas no ambiente escolar.

A violência presente no ambiente escolar, especialmente na fase da Educação Infantil, é um fenômeno que resulta de múltiplas causas, incluindo aspectos sociais, familiares e estruturais, sendo por esta razão, um fenômeno complexo. Segundo Dubet e Martuccelli (1998, p. 27), “a escola possui uma função dual, uma vez que não apenas distribui os indivíduos em determinadas posições sociais, mas também, contribui na formação de sujeitos capazes de se adaptar a essas funções”. Esse processo se dá por meio do que os autores denominam como “forma escolar”, um sistema que engloba regras, práticas pedagógicas, conteúdos e relações, que são diretamente influenciados pelas condições sociais e pelos objetivos educacionais propostos.

No contexto da Educação Infantil, identificamos que a ocorrência de comportamentos violentos, frequentemente, está relacionada tanto à precarização do espaço escolar quanto à ausência de um suporte familiar efetivo. A família, nesse cenário, desempenha um papel fundamental na formação dos valores e no estabelecimento de limites. Quando essa função não é devidamente cumprida, surgem dificuldades no processo de socialização das crianças, que passam a enfrentar desafios para respeitar regras e conviver em sociedade.

Sob a perspectiva sociocultural de Vygotsky (1987), compreendemos que o desenvolvimento da criança se dá por meio das interações sociais, nas quais há uma relação de mútua influência entre o indivíduo e o meio. Assim, quando o ambiente escolar carece de infraestrutura adequada, de profissionais capacitados e de recursos suficientes, tende a se tornar um espaço desmotivador, que favorece o surgimento de conflitos, comportamentos desafiadores e, consequentemente, atos de violência no ambiente educacional. Para Vygotsky (1987), a criança não é apenas um ser passivo diante das influências culturais; ela também tem a capacidade de transformar o meio em que está inserida. Isso indica que o desenvolvimento infantil ocorre por meio de uma relação mútua, em que o ambiente exerce influência sobre a criança, que, por sua vez, contribui para modificar esse meio. Dependendo das condições socioeconômicas e culturais presentes, essa interação pode tanto favorecer o desenvolvimento quanto gerar situações de conflito, que podem culminar em atos de violência.

Isso posto sobre a violência escolar na Educação Infantil, compreendemos que os profissionais da educação pertencentes à comunidade escolar devem estar atentos aos primeiros sinais de situações de violência.

1.1. Definições e tipos de violência escolar

A violência escolar é um fenômeno complexo que envolve comportamentos agressivos e danosos que ocorrem no ambiente educativo, afetando direta ou indiretamente os estudantes, professores, funcionários e a comunidade escolar como um todo. Ela pode se manifestar de diferentes formas e resultar em prejuízos à saúde física e emocional, ao rendimento escolar e ao convívio coletivo.

De acordo com Abramovay e Rua (2002), a violência na escola não é um fato isolado, mas, sobretudo, uma expressão das tensões sociais, culturais e econômicas que se refletem dentro da instituição educacional. As autoras destacam que as escolas não são instituições isoladas da sociedade: são espaços sociais permeados pelas contradições e conflitos do mundo exterior. Sob esta perspectiva, a escola faz parte da sociedade e acaba refletindo tudo o que acontece nela. Os problemas, as diferenças de opiniões, e até a violência que existe fora da

escola acaba sendo trazida para dentro da escola. Por isso, acreditamos que a escola deve ser um espaço onde o ambiente escolar esteja preparado para lidar com esses assuntos e serem discutidos com respeito, ajudando os alunos a se prepararem para viver e atuar no mundo de forma consciente e crítica.

Segundo Fante (2005), a violência escolar compreende qualquer ação que prejudique, de forma intencional, física, psicológica ou moralmente, qualquer membro da comunidade escolar. Tal definição evidencia que a violência pode ocorrer tanto entre estudantes quanto entre professores e alunos, ou mesmo entre profissionais da escola.

Os tipos de violência escolar são variados e podem ser classificados como: violência física, violência psicológica, violência verbal, violência simbólica, violência sexual e violência institucional; a violência física refere-se a agressões corporais; a psicológica está ligada à intimidação, humilhação e ameaças; a simbólica está relacionada a práticas discriminatórias veladas, como o *bullying* (Charlot, 2002).

De acordo com Olweus (1993), *bullying* é uma forma de agressão repetitiva, intencional, que ocorre sem motivação evidente, causando dor e angústia à vítima e outros incômodos, como por exemplo, a revolta. Isso significa que o *bullying* não é um ato isolado ou acidental; é uma prática cruel e constante. Devido a isso, essas atitudes são intencionais, com o objetivo de machucar e causar sofrimento a alguém, sem que a vítima sequer assimile porque está passando por essa situação, o que torna sua dor ainda mais profunda e provoca um forte sentimento de injustiça.

1.2. Características da violência no ambiente escolar

A violência escolar apresenta características particulares: ocorre em um ambiente que deveria promover proteção e aprendizado; muitas vezes é invisível à autoridade escolar; e está profundamente ligada às relações interpessoais e à estrutura social (Abramovay e Rua, 2002). Essa violência é agravada quando não existem canais adequados para escuta e resolução de conflitos no ambiente educacional.

No âmbito escolar, a violência se manifesta de diferentes formas, como agressões físicas, verbais e psicológicas, afetando tanto estudantes quanto professores e demais colaboradores. Conforme Abramovay (2005), tais condutas impactam negativamente o ambiente escolar, trazendo sérios prejuízos emocionais e sociais para as vítimas. Silva (2010) aponta que os fatores que mais contribuem para esse cenário são a desigualdade social, a

fragilidade dos vínculos familiares, a escassez de investimentos na educação e as limitações na própria organização da escola.

Essas situações de violência têm efeitos diretos na saúde mental dos alunos. Fante (2005) alerta que os estudantes que vivenciam ou presenciam tais episódios tendem a desenvolver quadros de ansiedade, depressão e baixa autoestima, além de apresentarem dificuldades na aprendizagem, perda de interesse pelos estudos e problemas de concentração.

Além de impactar diretamente os estudantes, a violência dentro das escolas compromete a credibilidade da instituição perante a comunidade. Abramovay (2005) argumenta que unidades escolares marcadas por episódios constantes de violência tendem a perder a confiança das famílias, o que reflete na diminuição da busca por vagas e na queda do número de matrículas. A autora justifica que encontramos um conjunto de motivos que podem explicar a violência na escola, de modo que reconhece que as causas são variadas e dependem do contexto em que a escola está inserida.

No entanto, é possível reverter esse quadro e, de acordo com Fante (2005), quando a gestão escolar se compromete com ações preventivas, cria-se um ambiente mais acolhedor e seguro. Estratégias como capacitação dos profissionais, realização de palestras, rodas de conversa e atividades de conscientização contribuem significativamente para a promoção de uma cultura de paz e respeito, favorecendo assim, o desenvolvimento integral dos alunos e a construção de um ambiente escolar mais harmonioso e saudável.

2. CAUSAS E FATORES CONTRIBUINTE

A violência escolar está inserida em um contexto social mais amplo. Para Minayo (1994), a escola reflete os conflitos da sociedade em que está inserida. A desigualdade social, a marginalização e a cultura da violência são elementos que contribuem para a manifestação de comportamentos agressivos entre estudantes. Implica reconhecer que a violência no ambiente escolar é uma realidade preocupante e que necessita ser discutida com mais frequência, especialmente porque muitas de suas causas estão relacionadas a fatores econômicos e sociais, gerando situações de preconceito e exclusão de determinados grupos. Segundo Ristum e Bastos (2004), o conceito de violência nem sempre é definido de maneira clara na literatura, o que dificulta tanto a comparação quanto a complementação de dados entre diferentes estudos. Os autores afirmam que “muitas vezes esse conceito é utilizado sem critérios bem estabelecidos, gerando confusão e dificultando seu uso por outros pesquisadores” (Ristum; Bastos, 2004, p. 226). É papel da escola manter-se atenta aos comportamentos variados dos alunos, ainda que

cada aluno tenha sua especificidade e, que deve fazer continuamente o mapeamento das funções do comportamento agressivo. Nesse sentido, a escola tende a identificar as causas por traz de comportamentos violentos.

A violência no contexto escolar não se limita apenas à agressão física. Ela também se manifesta por meio de agressões verbais, psicológicas e simbólicas, que podem provocar consequências graves, como lesões, sofrimento psíquico e até mortes. De acordo com Debarbieux (2002), buscar uma definição única de violência escolar seria um equívoco no campo científico. O autor defende que “não deveríamos estar realizando pesquisas sobre a violência como um todo indivisível, mas, ao contrário, estar multiplicando pontos de vista (indicadores) que nos ajudem a encontrar o que é real num conceito que é ineficaz devido à sua generalidade” (Debarbieux, 2002, p. 19). O autor quer mostrar que falar de violência não é algo único e simples, porque ela é complexa e aparece de muitas formas e muitas causas. Por isso, achamos importante olhar para cada tipo de violência separadamente, com diferentes pontos de vista, para entender melhor a realidade e as causas do fenômeno e conseguir pensar em soluções mais eficazes para cada situação.

No âmbito da Educação Infantil, muitas manifestações de violência não são reconhecidas como tal. Por se tratar de crianças, esses atos costumam ser interpretados como comportamentos rebeldes, quando, na verdade, já configuram práticas violentas. Embora, na maioria dos casos, não exijam intervenção de autoridades, essas situações deixam marcas emocionais significativas nas crianças que as vivenciam. Abramovay e Rua (2003) ressaltam que a violência escolar, apesar de antiga, está frequentemente associada a problemas de disciplina, dificuldades nas relações entre alunos e entre alunos e professores, além de comportamentos considerados delinquentes.

Na Educação Infantil, esse tipo de violência, por vezes, assume a forma simbólica, que se expressa por meio de xingamentos, ofensas e, em alguns casos, agressões físicas entre as crianças. Abramovay (2005) explica que apresentar um conceito de violência exige cautela, uma vez que ela é um fenômeno dinâmico, que muda de acordo com o contexto histórico, cultural e social em que está inserido. “Suas representações, suas dimensões e seus significados passam por adaptações à medida que as sociedades se transformam” (Abramovay, 2005, p. 53). Isso explica que os significados e formas de entender certas temáticas, como a violência, mudam com o tempo, de acordo com as mudanças da sociedade. O que já foi considerado normal ou aceitável no passado pode ser visto de forma diferente hoje. Acredito que, conforme a sociedade evolui, também precisamos repensar e atualizar nossos conceitos, para que eles façam sentido na realidade atual.

Essas situações geralmente ocorrem durante momentos de interação, como nas brincadeiras, no horário de lanche ou no espaço de recreação. Apesar de serem vistas como situações comuns, acabam causando impactos emocionais significativos nas crianças envolvidas. Abramovay e Rua (2002) argumentam que a violência simbólica e institucional se manifesta na própria estrutura da escola, quando ela se torna um espaço sem sentido para os alunos, impondo conteúdos desconectados de seus interesses e mantendo relações de poder que desmotivam tanto estudantes quanto professores. Para as autoras, a violência, também, é percebida “na falta de sentido de permanecer na escola por tantos anos; no ensino como um desprazer, que obriga o jovem a aprender matérias e conteúdos alheios aos seus interesses; nas imposições de uma sociedade que não sabe acolher os seus jovens no mercado de trabalho” (Abramovay; Rua, 2002, p. 69). A citação mostra como muitos jovens se sentem desmotivados na escola, porque não veem sentido no que estão aprendendo. O ensino, muitas vezes, é distante da realidade e dos interesses deles, o que torna o processo cansativo e sem prazer. E mesmo depois de tantos anos estudando, muitos não conseguem espaço no mercado de trabalho, o que causa frustrações. Em nossa visão, isso mostra a importância de repensar a educação, tornando-a mais conectada com a vida dos jovens e com as oportunidades que eles esperam para o futuro.

Diante desse cenário, é fundamental que a gestão escolar reconheça a existência da violência na Educação Infantil e compreenda que ignorar esses episódios configuram uma violação dos direitos das crianças no ambiente escolar. É necessário que sejam implementadas estratégias inovadoras que contribuam para a mediação de conflitos, evitando que esses episódios causem traumas duradouros nas crianças.

3. CONSEQUÊNCIAS DA VIOLENCIA ESCOLAR

A violência no ambiente escolar não se limita aos atos em si, mas repercute profundamente no desenvolvimento físico, emocional e pedagógico dos estudantes. As consequências afetam diretamente a qualidade do ensino e das relações interpessoais dentro da escola, comprometendo o clima institucional e a missão educativa da instituição. As vítimas de violência escolar podem apresentar uma série de sintomas psicológicos e físicos, tais como ansiedade, depressão, isolamento social, baixa autoestima, fobias e, em casos mais graves, lesões físicas resultantes de agressões. Esses impactos não se restringem ao momento imediato do ocorrido, podendo se prolongar ao longo da vida do estudante e influenciar seu desenvolvimento pessoal e acadêmico (Abramovay, 2005).

Segundo Fante (2005), a violência na escola compromete não só a segurança física, mas, sobretudo, a integridade emocional e o bem-estar psicológico dos estudantes. Dessa forma, a exposição contínua à violência pode levar à perda do interesse pelas atividades escolares e à dificuldade em estabelecer relações de confiança com colegas e professores. Implica dizer que as consequências da violência escolar são muitas e profundas. Ainda podemos acrescentar outras consequências: baixa autoestima, atitudes passivas, transtornos emocionais, problemas psicossomáticos, depressão, ansiedade, pensamentos suicidas. No contexto pedagógico, somamos a perda de interesse pelas questões relacionadas aos estudos, insegurança em ir para a escola, o que pode desencadear uma situação de fracasso escolar, evasão e repetência.

3.1. Efeitos no rendimento escolar

A vivência de situações violentas no ambiente escolar afeta diretamente a capacidade de concentração, o envolvimento nas tarefas e o desempenho acadêmico. O medo e a insegurança tendem a gerar evasão escolar, faltas frequentes e desmotivação generalizada.

Charlot (2002) reconhece que alunos que vivem em ambientes hostis na escola tendem a apresentar baixo rendimento, maior evasão escolar e maior probabilidade de reprovação. Além disso, os estudantes podem desenvolver comportamentos defensivos, agressivos ou apáticos, dificultando a sua participação ativa no processo de aprendizagem.

3.2. Repercussões na convivência escolar

O ambiente escolar violento compromete o clima institucional, dificultando a construção de relações saudáveis entre os membros da comunidade escolar. A convivência torna-se marcada por tensões, medo, desconfiança e, muitas vezes, retaliações, o que impede a consolidação de uma cultura de paz e de respeito mútuo.

Para Abramovay e Rua (2002), a violência interfere de maneira significativa no cotidiano das escolas, fragilizando os vínculos e dificultando a construção de um sentimento de pertencimento. Isso afeta diretamente a qualidade do processo ensino-aprendizagem, na medida em que o ambiente escolar deixa de ser um espaço seguro, acolhedor e propício ao desenvolvimento humano.

Enfim, a criança que sofre violência escolar é uma vítima e, por esta razão, traz consigo traços de um comportamento contrariado, triste, deprimido ou aflito; costuma faltar às aulas por medo e insegurança e, até problemas de ordem física, como perturbações no sono, dores de estômago, fadiga, dores de cabeça, choro, dentre outras.

De posse das informações sobre conceituação de violências escolar, características, causas e consequências, é preciso pensar na ação da escola para combater esse mal que tem afetado alunos, professores, demais profissionais da escola e famílias.

4. POLÍTICAS E MEDIDAS DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA ESCOLAR

A violência no contexto escolar é um desafio que demanda ações articuladas entre diferentes setores da sociedade, especialmente entre escola, família, comunidade e poder público. A prevenção da violência requer políticas educativas, programas institucionais e estratégias que promovam a cultura de paz, o respeito mútuo e a valorização da diversidade no ambiente escolar.

4.1. Programas escolares e ações de combate à violência

Diversas iniciativas vêm sendo implementadas nas escolas brasileiras com o objetivo de prevenir e combater a violência. Entre elas, destacamos programas como o “Escola que Protege” e o “Programa de Prevenção da Violência nas Escolas”, ambos do Ministério da Educação, que propõem ações integradas centradas na mediação de conflitos, na promoção de direitos humanos e na cultura de paz (Brasil, 2007). Esses programas defendem a capacitação de professores e gestores para lidar com conflitos e estabelecer ambientes acolhedores e seguros.

Para Abramovay (2003), as ações de prevenção devem estar baseadas em uma abordagem pedagógica que considere o diálogo, a escuta ativa e o fortalecimento dos vínculos comunitários: a escola deve ser pensada como um espaço de convivência democrática, de aceitação e pertencimento e não apenas de instrução burocrática. Dá a entender que a escola não se baseia apenas em um local onde é destinado apenas a fazer provas e decorar conteúdos, é necessário ir além de apenas ensinar conteúdos. Deve ser um ambiente onde todos aprendem a respeitar as opiniões diferentes, aprendendo a usar o diálogo como uma maneira de resolver os conflitos, com a participação das coletivas das decisões. Com convivência diária vai se tornando uma oportunidade de formar cidadãos conscientes, capazes de contribuir para uma

sociedade mais justa e democrática. E por isso, acreditamos que educar, também, é ensinar a viver juntos.

Nesse sentido, as práticas de mediação escolar, a criação de comissões de convivência e o fortalecimento do grêmio estudantil têm sido estratégias eficazes. Silva (2010) reforça que a prevenção da violência passa pela valorização da autonomia dos alunos, pelos espaços de participação democrática, pela escuta ativa e pela construção coletiva de regras, direitos e limites. Nesse sentido, Silva (2010) destaca que a prevenção da violência é um processo educativo, coletivo e diário. A escola, ao valorizar a autonomia dos alunos e estimular a escuta ativa, pode favorecer a construção conjunta de regras de boa convivência, de sentimento de solidariedade e de uma cultura de paz.

4.2. Papel da família e da comunidade

A participação da família e da comunidade é essencial na construção de estratégias eficazes de enfrentamento à violência. O envolvimento parental fortalece o vínculo escola-família e contribui para a detecção precoce de comportamentos de risco.

De acordo com Sposito (2001), a articulação entre escola, família e comunidade cria uma rede de apoio fundamental de comprometimento para o enfrentamento da violência. A construção de uma cultura colaborativa entre os diferentes atores sociais permite a formação de um ambiente protetivo, com base na corresponsabilidade.

Nesse sentido, programas que envolvem reuniões com pais, oficinas comunitárias, visitas domiciliares e ações de integração escola-bairro são fundamentais. Para Tiba (2006), a escola precisa se abrir à comunidade, não apenas como espaço físico, mas como território de construção conjunta de valores e de construção de uma cultura de paz e respeito às diferenças. A escola, portanto, deve estar aberta ao diálogo com a comunidade, de maneira que as suas ideias, suas experiências e valores sejam acolhidos. Não se trata apenas de local para ensinar, mas de um espaço onde todos os alunos, educadores, famílias e a comunidade contribuem para a formação de cidadãos mais conscientes. Vimos isso como essencial para tornar a educação mais significativa e conectada com a vida real.

4.3. Legislação e políticas públicas

Do ponto de vista legal, o Brasil conta com importantes instrumentos normativos voltados à proteção dos direitos das crianças e adolescentes no ambiente escolar. A Lei nº 13.185/2015 institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying), que visa prevenir e combater práticas agressivas no ambiente escolar por meio de ações educativas, capacitação de profissionais e estabelecimento de protocolos de intervenção (Brasil, 2015).

Além disso, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069/1990) assegura o direito à educação em ambiente seguro, livre de negligência, discriminação, exploração, violência e crueldade. O artigo 53 do ECA destaca o direito à educação e à dignidade como fundamentos do processo formativo do cidadão (Brasil, 1990).

De acordo com Costa (2011), a efetividade das políticas públicas de combate à violência escolar depende da implementação de ações continuadas, com recursos técnicos, humanos e financeiros, além de avaliação periódica de seus resultados, com vistas à construção de um ambiente harmonioso.

Em síntese, é essencial que as escolas conheçam e incorporem as diretrizes legais em seus projetos pedagógicos e planos de convivência, para que possam atuar de forma proativa e humanizada diante das situações de violência

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é possível compreender que a violência escolar na Educação Infantil afeta significativamente o desenvolvimento das crianças, tanto em aspectos emocionais quanto cognitivos e sociais, podendo comprometer diretamente o processo de ensino e aprendizagem. Ainda que, por vezes, essas manifestações sejam ignoradas ou tratadas como parte natural da convivência infantil, seus impactos são profundos e podem deixar marcas ao longo da vida escolar.

A fim de evitar que essas experiências negativas gerem traumas e dificuldades no processo de socialização e aprendizado, é fundamental que a escola promova ações de conscientização, como palestras educativas voltadas à prevenção da violência. Essas atividades podem auxiliar tanto os alunos quanto os educadores e familiares a compreenderem melhor o problema, além de fortalecerem a cultura do respeito e da empatia no ambiente escolar.

Nesse sentido, destacamos o papel essencial do Estado e da gestão escolar, que devem garantir um ambiente educacional seguro, acolhedor e que estimule o diálogo, a cooperação e a convivência pacífica. A atuação da gestão deve ocorrer de forma articulada com os

professores, familiares e demais membros da comunidade escolar, desenvolvendo estratégias de prevenção e resolução de conflitos desde os primeiros anos da infância.

A partir da revisão bibliográfica, foi possível compreender que a violência escolar, ainda que muitas vezes negligenciada na Educação Infantil, é uma realidade que compromete o pleno desenvolvimento das crianças. Ao longo do trabalho, constatamos que os conflitos vivenciados nessa etapa da vida escolar, mesmo quando considerados simples ou típicos da idade, podem gerar consequências sérias e duradouras, principalmente, se não forem tratados com a devida atenção.

O estudo evidenciou que a gestão escolar exerce papel fundamental no enfrentamento dessas situações, sendo responsável não apenas por mediar os conflitos, mas por criar um ambiente que valorize o diálogo, o respeito e a escuta ativa. Ao trabalhar de forma colaborativa com os professores, as famílias e a comunidade escolar, a gestão contribui diretamente para a prevenção da violência e para a promoção de uma convivência mais saudável e empática.

Com base nos objetivos propostos, pudemos identificar os principais tipos de violência presentes na Educação Infantil, compreender conceitos, causas e consequências da violência escolar. O estudo, também, nos possibilitou tecer reflexões sobre marcos legais que garantem o direito da criança a um ambiente seguro e acolhedor para o seu desenvolvimento e sua aprendizagem com qualidade.

A pesquisa reforça a necessidade de práticas educativas que promovam o acolhimento e a construção de uma cultura de paz desde os primeiros anos de escolarização.

Concluímos, portanto, que o enfrentamento da violência na Educação Infantil não deve ser postergado ou minimizado. A atuação do Estado e da gestão escolar é peça-chave para garantir que a escola seja, de fato, um espaço seguro, afetivo e propício ao desenvolvimento integral das crianças.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; RUA, M. das G. **Violências nas escolas**. Brasília, DF: UNESCO, 2002.

ABRAMOVAY, M. **Violências nas escolas**. Brasília, DF: UNESCO, 2005.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <<https://basenacionalcomum.mec.gov.br>>. Acesso em: 20 maio 2025.

BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm Acesso em: 09 maio. 2025.

BRASIL. **Lei n.º 13.185, de 06 de novembro de 2015**. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Brasília, DF: Presidência da República, [2015]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113185.htm Acesso em: 09 maio. 2025.

DEBARBIEUX, E. **A violência na escola**: um desafio mundial? Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Campinas, SP: Papirus, 2002.

DUBET, F.; MARTUCELLI, D. **Em la escuela**: sociología de la experiencia escolar. Buenos Aires: Losada, 1998.

FANTE, C. **Fenômeno bullying**: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. Campinas, SP: Verus, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GONÇALVES, B. S. et al. A importância da prevenção e combate à violência escolar para a construção de uma cultura de paz. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, v. 16, n. 10, p. 23908–23933, 2020. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/385757466>>. Acesso em: 20 maio 2025.

MINAYO, M. C. de S. Violência social sob a ótica da infância. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 7, p. 2831–2840, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br>>. Acesso em: 20 maio 2025.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**: o que é e como se faz. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

RISTUM, M; BASTOS, A. C. B. Violência nas escolas: uma análise da produção científica. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 122, p. 225–245, jul. 2004.

SILVA, T. T. da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.